TL3038

ACTA DA

AUDIÊNCIA NA COMISSÃO EVENTUAL PARA O ACOMPANHAMENTO DA SITUÇÃO EM TIMORLESTE,

COM O SR. INÁCIO DE MOURA

8 de Março de 1988

SSEMBLEIA DA REPÚBLICA

RECÇÃO-GERAL DOS
ERVIÇOS PARLAMENTARES

cção de Serviços de Apoio Parlamentar

~~Divisão de Redacção~~

SAC

bine n.º 1

ina n.º 1 -

Com. Ev. para acompanhamento da situação de Timor Leste

9/3/88

MARIA/ANA MARIA

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO PEREIRA): - Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram ______ horas.

O SR. PRESIDENTE: - Srs. Deputados, a Comissão para Acompanhamento da Situação em Timor/Leste recebeu uma oferta amável da Comissão para os Direitos do Povo de Maubere, anunciando-nos não só a estadia em Lisboa do Sr. Inácio de Moura como a possibilidade de fazermos aqui uma troca de impressões. Oficiámos no sentido de que teríamos muito prazer em trocar algumas impressões com ele.

O Presidente da Comissão, Dr. Dias Loureiro, vai chegar um pouco atrasado, portanto vou, como Vice-Presidente desta Comissão, dar início aos nossos trabalhos.

Aos Deputados presentes extendemos um convite a todos os membros da Comissão para estarem aqui presentes. Como estão a decorrer trabalhos, é natural que um ou outro chegue um pouco mais tarde.

Antes de terminarmos o nosso encontro alguns dos Srs. Deputados irão ter que se ausentar porque há uma reunião de um grupo parlamentar, onde esses Deputados têm que estar presentes.

De qualquer forma, ficam aqui alguns representantes desse grupo parlamentar bem como Deputados de outros grupos parlamentares. Portanto, esta nossa conversa pode-se extender até mútua satisfação.

Não sei se os Srs. Deputados vêem algum inconveniente em que a nossa reunião seja gravada.

Pausa.

Como não há objecções, esta reunião, será, então, gravada.

Se os Srs. Deputados estivessem de acordo, iríamos agora iniciar os nossos trabalhos.

Tem a palavra o Sr. Carlos Santóvaia.

O SR. CARLOS SANTÓVAIA (REPRESENTANTE DA COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO DE MAUBERE): - Sr. Presidente, nós queremos deixar o máximo de tempo disponível para que, de facto, o Sr. Inácio de Moura possa testemunhar perante esta Comissão Eventual tudo aquilo que é do seu conhecimento e responder às questões que os Srs. Deputados estejam interessados em fazer.

De qualquer forma, não queríamos deixar de iniciar este encontro sem fazer um cumprimento aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente desta Comissão, que nos merece todo o respeito. Temos todo o interesse em nos dirigir a esta Comissão, oferecer-lhe toda a documentação que temos em nosso poder e, como é o caso presente, comunicar depoimentos de qualquer testemunha que possam ter interesse e contribuir positivamente para os trabalhos. Vamos tentar colaborar e dar o nosso modesto contributo para um trabalho, para uma causa, que, no fundo, é a desta Comissão e que também é a nossa, embora em sedes diferentes.

A apresentação da Comissão para os Direitos do Povo de Maubere é relativamente rápida.

De há alguns anos para cá temos vindo a desenvolver um trabalho de informação junto dos órgãos de soberania, dos órgãos de comunicação social e da opinião pública em geral no sentido de informar da situação em Timor-Leste, denunciando a violação dos direitos humanos de que temos conhecimento e que têm lugar nesse território, apoiando refugiados, etc. Seria exaustivo estar aqui a fazer uma listagem de todo o trabalho que temos vindo a desenvolver e que, aliás, deve ser do conhecimento dos Srs. Deputados. Sendo assim, e reafirmando os nossos cumprimentos a esta Comissão, passaria a palavra ao meu colega Luís Paulo da Comissão para os Direitos do Povo de Maubere para que ele fizesse uma

5

breve introdução.

O SR. PRESIDENTE: - Tem a palavra o Sr. Luis Paulo.

O SR. LUIS PAULO (REPRESENTANTE DA COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO DE MAUBERE): - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pretendia apenas fazer o enquadramento do nosso pedido de audiência à Comissão e explicar o porquê da presença aqui do Sr. Inácio de Moura. Por outro lado, gostaria também de situar aquilo que, em nossa opinião, são as balizas em que esta iniciativa se realiza.

Pensamos que no momento presente a perspectiva de se alcançar uma solução negocial nas suas vertentes imediatamente políticas começa a pôr-se na ordem do dia. As questões humanitárias foram tendo uma abordagem mais intensa e neste momento começa a entrar-se na discussão dos aspectos políticos da questão de Timor-Leste.

Uma das vertentes possíveis desse aspecto, e que foi bastante abordada nos últimos meses, incide na hipótese de uma possível ida a Timor de uma Comissão Parlamentar. O Sr. Inácio de Moura é uma pessoa que tem uma posição privilegiada sobre o assunto, visto que testemunhou directamente não só o que é o dia-a-dia em Timor mas também acompanhou algumas dessas visitas ao território. Portanto, ele poderá dar-nos a sua opinião sobre esta questão.

Uma outra questão que no presente momento nos parece importante é a que se prende com o facto da presente legislatura ter em mãos o processo de revisão constitucional. Existe uma formulação no texto que, em nossa opinião, até ao momento tem sido adequada.

O que irá ser o futuro é algo que compete aos Deputados, como representantes da Nação, decidir. De qualquer maneira, ao tomar qualquer decisão é, de facto, importante pensar nas consequências que isso pode ter.

Uma outra questão tem a ver com o facto de esta ser a primeira vez que, formalmente, a nossa Comissão entra em contacto com esta Comissão Eventual enquanto órgão, enquanto tal. Portanto, é o nosso primeiro contacto formal.

Desejaria também definir aquilo que, na perspectiva da Comissão para os Direitos do Povo de Maubere, são os traços básicos em que deve ser situada a questão de Timor. Não são novidades, mas sim questões que temos afirmado ao longo de um determinado período. De qualquer maneira, gostaria de salientar dois ou três aspectos que nossa opinião são fundamentais.

O primeiro aspecto é o seguinte: a questão de Timor-Leste tem fundamentalmente a ver com o Povo de Timor-Leste. Portanto, o problema a resolver é o do povo de Timor-Leste e só acessoriamente o problema de Portugal. Isto tanto do ponto de vista político, como do ponto de vista moral e legal. O território de Timor está inscrito nos territórios não autónomos e Portugal é subscritor da Carta das Nações Unidas. O parágrafo 73 dessa carta refere explicita e taxativamente que o primeiro objectivo da potência administrante é zelar prioritariamente pela defesa dos interesses dos povos dos territórios em relação aos quais ela assume esse estatuto. Isto quer dizer que o antagonismo fundamental é entre a Indonésia e o povo de Timor. De facto, na nossa perspectiva o conflito territorial no terreno é entre estas duas partes. Hoje em dia, e cada vez mais, começa a surgir na cabeça das pessoas que se dedicam ao estudo desta questão a ideia de que não há solução sem pacificação.

Em nossa opinião, isto é verdade. Esta pacificação, e dado que existem duas partes envolvidas directamente no conflito, não pode passar sem um acordo. Aquela que nos interessa mais, enquanto Comissão para os Direitos do Povo de Maubere, é a parte relativa ao Povo de

Timor e, concretamente, das organizações que mais ou menos activamente encarnam a resistência no território.

Na nossa perspectiva a negociação não é uma utopia de longo prazo nem é algo que seja impossível. Existem, de facto, condições para ser alcançada uma solução negociada. Cremos que o contexto é bastante favorável. A própria Indonésia está, neste momento, a praticar uma diplomacia defensiva, o que, de facto, é uma novidade. Em 1983 a Indonésia aceitou sentar-se à mesa das negociações com os movimentos de guerrilha no interior do território. Por outro lado, a outra parte beligerante, que é a resistência nacionalista, também já afirmou várias vezes, quer em alguns textos quer nas próprias bases negociais desse acordo de cessar-fogo de 1983, quais eram os princípios em que estava disposta a estabelecer um compromisso quanto ao tipo de regime, quanto ao tipo de relacionamento externo, quanto ao regime político-económico, enfim quanto a vários aspectos fundamentais. Portanto, na nossa opinião estão, de facto, criadas condições para uma solução negocial.

A terceira questão que gostaríamos de focar diz respeito àquilo que nós pensamos que deve ser a função do Estado Português. Sendo um conflito entre duas partes que estão directamente envolvidas no território, a posição do Estado Português, como potência administrante, deve ser a de criação de condições para se alcançar essa solução negociada. Isto pode ser uma verdade de la Palisse, mas em nossa opinião este tipo de perspectiva é capaz de permitir encarar, abrir vias inovadoras para a solução da questão.

Em nossa opinião a estratégia a seguir quanto ao que deveria ser feito, os princípios, as linhas chaves a que deveria obedecer o desenvolvimento de uma política de Estado para a questão de Timor deveria assentar no seguinte: em primeiro lugar, a questão de Timor não precisa de saídas. Frequentemente ouve-se dizer que é necessário arranjar uma saída para a questão de Timor. Na nossa opinião Timor não precisa de saídas, mas sim da definição de uma estratégia. Portanto, pensamos que Timor é uma questão de longo prazo e que deve ser entendida como tal. Em nossa opinião isto não pode significar que o tempo joga a nosso favor e que, portanto, vamos deixar a coisa ir andando devagarinho, a uma velocidade cruzeiro e depois logo se vê. Não quer dizer isto, mas, no entanto, é uma questão de solução de longo prazo.

Um segundo aspecto fundamental na definição desta linha de estratégia ou de política tem a ver com o facto de pensarmos que a agressividade diplomática não significa um inverso de apetência ou de intenção negocial. Entendemos que a agressividade diplomática cria as condições para a negociação. É preciso que as pessoas se convençam que a Indonésia só vai aceitar uma solução negocial se for forçada pela via diplomática, a isso. Esta é a nossa perspectiva!

Isto leva-nos a considerar que a Indonésia é, de facto, em termos de diplomacia ou de política de Estado, um inimigo como qualquer [illegible], portanto, há que detectar pontos fracos e fortes, enfim definir uma linha de rumo em função disto.

A última questão prende-se com aquilo que entendemos que podem ser os perigos do pragmatismo. Quer dizer, a política portuguesa para a questão baseou-se durante bastante tempo no seguinte axioma: eles são fortes e, portanto, nós temos que ir baixando o nível de exigência negocial de maneira a encontrar uma base mínima de acordo. O que a prática provou foi que Portugal foi baixando o seu nível de exigência e a Indonésia, pelo contrário, foi subindo o seu. Numa solução negocial é necessário que as partes se entendam, que haja concessões de parte a parte. O pragmatismo, na função que nós entendemos que o Estado Português deve desempenhar para a questão, ou seja, propiciar um entendimento entre as partes beligerantes, não pode provocar a ruptura com uma das partes, pragmatismo sim, mas sem inviabilizar as soluções negociadas. Caso contrário, poder-se-á chegar ao ridículo de Portugal se entender com a Indonésia e o outro beligerante no terreno renunciar a essa solução porque, de facto, não lhe diz nada.

O SR. PRESIDENTE: - Tem a palavra o Sr. Inácio de Moura.

O SR. INÁCIO DE MOURA (

- Sr. Presidente, Srs. Deputados: Gostaria de dizer alguma coisa sobre aquilo que assisti em Timor.

Não preparei nenhum discurso porque vim aqui mais para responder do que para falar. Portanto, é nessa posição que estou aqui.

Julgo ser meu dever dizer qualquer coisa sobre aquilo que assisti ao longo de 23 anos em Timor.

Fui para Timor em 1965, portanto estive lá durante a administração colonial portuguesa, durante o governo da Fretilin e antes, durante e após a invasão de Timor pelas forças da Indonésia.

Quando miraculosamente consegui deixar Dili, em 22 de Dezembro do ano passado, a população encontrava-se numa situação de opressão. O povo não pode falar, não pode reunir-se, não pode deslocar-se. Quando o faz precisa de uma guia de MARCHA, uma guia de trânsito. O povo precisa dessa guia mesmo para ir para o interior. Pior se passa quando uma pessoa quer ir a Jacarta, já que precisa de uma autorização especial do comando operacional de segurança. Jacarta é a única província da Indonésia que tem um comando operacional. Nem mesmo IRONJOA tem esse comando, o que prova que Timor ainda está em guerra. Esse comando operacional tem um general-comandante só para operações militares e tem um [illegible] comandante militar territorial, mas este é um coronel.

O co-operacional é o Brigadeiro General Rudito, que está sob a dependência directa do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Indonésia. Esse comandante-chefe chama-se General , mas parece-me que agora foi substituido pelo

Assisti à invasão de Timor. Aliás, fui vitíma dessa invasão porque fui encarcerado várias vezes. Estive 1 ano preso, desde 1975 a 1976, e durante esse período conheci 6 cadeias, onde se praticava a tortura fisíca e moral. Não fui torturado, mas talvez isso se deva ao facto de ser português, de ser branco. Talvez tivessem um pouco de consideração por isso. Vi e assisti a muitas torturas.

Quando saí da prisão continuei na mesma preso, na medida em que estava sob o regime de vigilância. Tinha que me apresentar duas vezes por semana no comando militar de Dili. Depois essa obrigação foi reduzida para uma vez por semana, para uma vez por ano, para uma vez de dois em dois anos, etc; Essa obrigação foi diminuido. Quando o Presidente Swarto foi a Timor, em 1978, também fui preso, mas até hoje não sei porquê. Talvez tivessem medo que eu falasse com jornalistas estrangeiros que o acompanharam nessa viagem.

Em 1982 fiz uma carta porque fui operado a um temor benigno a expensas da Cruz Vermelha Internacional, que me pagou a deslocação e o tratamento no hospital de Jacarta. Estive lá 6 meses, ou seja, até ao dia em que forças secretas da Indonésia do comando operacional me foram prender na casa dos delegados da Cruz Vermelha. Estive preso 2 semanas em Jacarta. Eles diziam que eu queria fugir para Portugal. Vontade tinha eu, mas não fiz nada para merecer isso. Teimaram com a Cruz Vermelha Internacional que tinham que me mandar para Dili, pois só a partir daí é que se podia processar a minha saída para Portugal. Os representantes da Cruz Vermelha Internacional disseram que a sua missão era a de mandarem-me para Portugal, uma vez que era português, ou para a Austrália. Eles continuaram a teimar, até que me foram prender. Estive preso duas semanas em Jacarta, fui algemado, metido no avião militar e remetido para Timor. Estive 2 dias preso na Polícia Militar e depois libertaram-me. Só em 1987 é que consegui vir-me embora.

A Igreja Católica em Timor é a única embaixada do mundo livre porque consegue falar e fazer ouvir a sua voz. Essa é a razão porque o povo timorense, que na sua maioria não era católico mas sim animista, viu agora subir a percentagem de católicos. Mesmo o próprio sistema político-social da Indonésia não admite indivíduos sem religião. Todos têm que ter um Deus: há os mulçumanos, os hindus, os protestantes, etc. O protestante refugiou-se no catolicismo, fugiram todos para a Igreja Católica. Na verdade estão bem protegidos porque em Timor a Igreja Católica defende a população.

Do dia-a-dia do timorense pode-se dizer o seguinte: os indonésios invadiram militarmente Timor, com armas e bagagens e apoderaram-se das fontes de riqueza do território, nomeadamente do comércio. Todo o comércio está nas mãos dos chineses, que vieram de Java ou de Surabaia. A maioria dos chineses que estava lá já fugiu para Portugal ou para a Austrália. Os chineses vão vendendo e quando já têm um pouco de dinheiro fogem e vendem o negócio por qualquer preço. O chinês de Timor, que normalmente é uma pessoa pacata, que só se preocupa com o negócio, não se preocupa com a política, mas uma prova que ele não está bem, que não se sente seguro é que uma vez que apanha dinheiro para pagar a guia de marcha sai logo. Esta saída custa muito caro, custa muitos milhões de rubis. Uma família com 6 ou 7 pessoas deve gastar mesmo muito dinheiro para poder sair.

O timorense vende no mercado municipal aqueles mini-

-produtos, como o feijão que consegue criar na sua pequena horta, as abóboras, as bananas, etc. É tudo muito pouco porque o grande comércio está nas mãos dos chineses de Java. O café, por exemplo, é controlado por uma companhia monopolista da Indonésia, que é controlada pelos generais de Jacarta. Foi a primeira companhia que se criou, com o intuito de ajudar o povo. Só que ela não ajuda o povo, mas sim controla a riqueza de Timor. Eles continuam até agora a controlar o café. Ninguém pode vender café a não ser a essa companhia, que também explora várias plantações, especialmente na Ermera. Essa companhia também explora o Hotel Resende que é da propriedade de um português natural de Resende, que morreu durante a guerra civil. A sua viúva já tentou ir a Timor para tomar conta do hotel, mas não consegue luz verde de entrada.

A Associação Comercial Agrícola Industrial de Timor, A CAIT, é da propriedade dos sócios timorenses e portugueses, mas a Indonésia também tomou conta dessa associação e colocou lá diversas repartições públicas a funcionar.

O Sporting Clube de Timor, que era da propriedade particular de sócios, está a ser explorado pelo Pretedeno, que também toma conta do único CINEMA que há em Timor.

Há várias outras actividades que também estão a ser exploradas.

Quanto à situação médico-sanitária de Timor gostaria de dizer o seguinte: fui várias vezes ao interior porque estava a trabalhar no Governo com o Eng. Carlos Calao e fazia parte de uma comissão para o bem estar sòcial da população. Na parte leste da ilha, como, por exemplo, em Lautem e Viqueque, há mesmo muita fome, há falta de medicamentos e de assistência médico-sanitária. É nessas zonas onde é maior a actividade de guerrilha, que se mantem activa e acesa. É o caso, por exemplo, de Viqueque, de Same, Ainaro e de certas zonas de Baucau e Manatuto. Uns meses antes de deixar Timor assisti a uma exposição sobre a situação militar do território pelo então assistente do comando operacional, Coronel Maruf. Segundo li no jornal, foi promovido a comandante militar. Nessa exposição que fez a todos os chefes militares e civis o Coronel Maruf disse que ainda havia 110 aldeias que a Indonésia não controlava e indicou no mapa quais eram essas zonas.

Semanalmente, ou seja, duas ou três vezes por semana, vê-se chegar a Dili helicópteros carregados com mortos em combate. Isso é muito vulgar! Toda a gente pode ver isso no aeroporto antigo dos portugueses, que agora é um aeroporto de helicópteros. O novo, cuja construção foi iniciada pelos portugueses, está quase a acabar. A verdade é que ele foi praticamente construído pelos portugueses, pois faltava só fazer a sala de espera e pouco mais.

Bobine n.º 2
Folha n.º 1
ANA ISABEL / ALEXANDRA
Timor Leste 8/3/88

Pouco faltava, mas quem fez o campo foram os portugueses. E há o aeroporto de Baucau que é o aeroporto militar para as zonas operacionais, onde estão estacionados os aviões de guerra. Fui lá várias vezes. Muito assiduamente, os aviões vão bombardear essas posições da FRETILIN. Só mantêm Monte Matebian, nas áreas de [illegible] Viqueque. Vê-se perfeitamente de Baucau. A zona operacional indonésia é Baucau. Para se ir de Dili a Baucau é preciso parar em postos de controle cerca de vinte vezes. Só na área do aeroporto, existem uma cinco paragens obrigatórias, em que temos de mostrar o papelinho carimbado pela polícia e pela tropa.

Quanto ao que a Indonésia fez, ela construiu muitas estradas mas a maioria delas foram feitas por interesse estratégico-militar. O que fizeram não foi de maneira como os portugueses o fizeram mas para justificar o , como eles lá dizem.

A língua portuguesa não é permitida nas repartições oficiais.

E também não é permitido o teto. Existem mesmo avisos nas repatições oficiais proibindo a língua portuguesa. A única língua que aí se pode falar é a indonésia, a língua [illegible] indonésia.

Tive a oportunidade de acompanhar duas delegações e um visitante que foram a Timor. A primeira delegação foi de parlamentares australianos, composta por 83 pessoas, que a pedido do Senador . pediu ao Governo indonésio que eu servisse de intérprete, uma vez que sabia falar indonésio e teto, a língua timorense. Embora tenha havido dificuldades, lá conseguiram, tendo sido eu um dos acompanhantes. Estivemos sempre cercados pela segurança indonésia. Não consegui dizer a verdade, como queria. Apenas consegui. , passar-lhes em Atauro, uma lista dos presos que aí se encontravam e daqueles que tinham desaparecido com torturas ......

Também acompanhei o Sr. Deputado Anacoreta Correia de quem acabei de receber um bilhete agradecendo as minhas deixas [illegible] Conseguiu aperceber-se que em Timor não era tudo como lhe "pintavam". Eu também estava muito vigiado e não podia fazer nada. Porém, felizmente, o Sr. Deputado reconheceu. O Sr. Deputado Anacoreta Correia visitou muitas áreas de Timor durante uma semana. Interessou-se, falou com a população, visitou hospitais, foi à cadeia, E eu acompanhei-o a todo o lado.

Posteriormente, foi lá um jornalista, o Sr. Nuno Rocha fui chamado pelo Governo para o acompanhar. Fui esperá-lo ao aeroporto, disse-lhe que tudo o que ele quisesse estava facilitado, que o Governo pagava tudo, e que onde ele quisesse ir, podia dispor. Esperei-o no aeroporto e levei-o para o Hotel Turismo, onde ficou alojado. Depois foi falar com o Governador Carrascalão. Deu umas voltas pela cidade de Dili, tirou umas fotografias - na verdade as ruas ainda mantêm os nomes portugueses, só anteciparam "rua" que é - viu o mercado municipal, foi a uma praia muito conhecida dos portugueses que é a Praia da Areia Branca - está agora muito suja, não está nada branca -, e falou com o Bispo. Não assisti pois andava a ser vigiado pela polícia secreta indónesia e quis evitar que a polícia perguntasse - como costuma, faz~~er~~, qual o conteúdo da conversa. Perguntei depois ao Sr. Nuno Rocha como é que tinha decorrido a entrevista e ele respondeu-me: " Os padres pensam isto à maneira deles que é diferente, da do Governo".

Como disse, o Sr. Nuno Rocha só esteve em Dili e apenas 24 horas Não viu nada. Fiquei assim muito admirado quando tomei conhecimento de que tinha escrito um livro sobre a sua visita a Timor. Já tive oportunidade de falar com ele e fizemos um pequeno debate através da rádio.

E é tudo. Muito obrigado por terem escutado. Estou à disposição para qualquer pergunta que desejem formular.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos muito o seu relato. Agradecia aos Srs. Deputados que desejassem colocar questões que o inscrevessem.

Inscreveram-se os Srs. Deputados Raúl Brito, Sousa Lara, Rui Silva, Mário Santos, António Maria Pereira e Herculano Pombo.

Se o Sr. Inácio de Moura não visse inconveniente, os Srs. Deputados inscritos colocariam agora todas as perguntas a que o Sr. responderia a final. Faríamos depois uma segunda ronda, caso houvesse mais perguntas a colocar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Brito.

O SR. RAUL BRITO (PS):- Há quem, em Portugal, afirme que os portugueses abandonaram Timor Leste. E a pergunta que eu lhe colocaria, porque acompanhou a evolução da invasão, é se haveria o mínimo de condições para as forças militares portuguesas terem encontrado, nas circunstâncias de momento, outra solução senão aquela que tomaram e que foi a de recuar até Atauro.

Por outro lado, são colocadas dúvidas por alguns observadores sobre as mortes que durante este período se verificaram no terreno, havendo quem afirme que das 200.000 mortes que se presume terem-se verificado, a maior parte delas ocorreu durante o período da guerra civil. Isto é, foram resultantes de confrontos entre timorenses e não consequência da invasão indonésia.

A terceira questão relaciona-se com a violação dos direitos do homem. Referiu ter assistido a essas violações e eu gostaria que me explicasse que tipo de tortura as Forças Armadas Indonésias utilizam e se é apenas a Polícia Militar a fazer uso delas ou se existem outros tipos de organizações, nomeadamente uma polícia secreta ou outras polícias de natureza civil, que praticam também esse tipo de violência. Queria também que me dissesse se, mesmo nos dias de hoje, as torturas ainda são frequentes e [illegible] sejam, se o são apenas em relação a guerrilheiros capturados ou se também relativamente às próprias populações civis.

Tomando agora a vertente militar, gostaria que me respondesse, pelas informações que tem às seguintes perguntas: qual será actualmente o número de guerrilheiros existentes no território? Que tipo de armamento utilizam esses guerrilheiros? É recebido do exterior, é herdado das Forças Armadas Portuguesas ou trata-se de armamento capturado ao invasor indonésio? Quais são as condições alimentares e sanitárias que os guerrilheiros capturados ou abatidos apresentam? Qual a moral das tropas indonésias? Qual o número de militares indonésios estacionados no território de Timor? Pela convivência que teve no território, sabe se a guerrilha se reconhece na convergência nacionalista no exterior como legítima representante dos seus interesses?

E a minha última pergunta era se os timorenses vêem ainda nos portugueses uma resposta para uma solução definitiva para o problema de Timor.

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Lara.

O SR. SOUSA LARA (PSD):- Algumas das perguntas que pretendia fazer foram já colocadas. Mas também gostaria de saber, dado o Sr. Inácio de Moura se ter referido ao facto de ter trabalhado com ele, qual o estatuto, neste momento, do Engº Carrascalão. Isto é, como é a que a Indonésia o vê, como é que as populações de Timor o vêem? Qual o seu estatuto concreto? Gostaria que traçasse isto com um pouco mais de profundidade.

Em segundo lugar, e relacionado com a questão das torturas, gostaria de saber mais um pormenor em relação às perguntas que o Sr. Deputado Raúl Brito colocou, isto é, pretendia saber qual a intenção das torturas. Ou seja, há um grupo privilegiado de indivíduos perseguidos e torturados? Quem são eles? Quando é que se aplicam as torturas? Uma vez que, por exemplo, o Sr. Inácio de Moura não foi torturado, quem é que, concretamente, é selecionado para a tortura?

Em terceiro lugar, fala-se em vários relatórios em transferência forçada de populações. Gostaria de saber mais dados concretos sobre a transferência forçada de populações.

Em quarto lugar, falou-se cá também numa política de esterilizações forçadas. Se tiver algum elemento sobre este assunto, gostaria que me desse essa informação.

O SR. PRESIDENTE:- Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Silva.

O SR. RUI SILVA (PRD):- Sr. Inácio de Moura, eu estive em Timor e embora tenha estado sempre em Aileu e Maubisse - só esporadicamente ia a Dili e apenas em serviço - tenho no entanto alguma percepção do que era Timor em 1974, dado ter saído de lá em fins de Outubro de 1974. Gostaria de lhe colocar algumas perguntas face à evolução comercial que eventualmente possa ter havido ou regressão que se possa vir a justificar face à situação que se vive com o povo timorense e face à rejeição à ocupação indonésia. Gostaria assim de lhe colocar meia dúzia de perguntas - se é que meia dúzia não é muito - até porque tenho a percepção da zona. O Sr. Inácio de Moura diz que a maior actividade de guerrilha situava-se na ponta leste, na zona Los Palos, Viqueque e Same. Mas depois diz que vem até Ainaro e Manatuto, o que vai desde a costa sul à costa norte: Manatuto situa-se na estrada que vai para Baucau e Los Palos está do outro lado, na ponta leste. Assim, a minha pergunta concreta é se, na realidade, a guerrilha actua de facto em toda esta zona e se consegue ter uma actuação franca e imediata, de modo a poder ocupar uma zona que vai de Manatuto a Los Palos. Esta zona afigura-se-me bastante grande para uma guerrilha, tanto mais estando a zona tão controlada como está pela Indonésia.

Referiu que o comércio está todo na mão dos chineses. Se bem me recordo, pelo menos em Dili e Baucau não havia uma única casa de comércio que não estivesse na mão dos chineses. Os timorenses ocupavam-se de parte administrativa e da parte rural na venda, nos bazares, etc... Digamos que aqui até nem houve muita mudança, se os chineses já então dominavam e eram eles os empresários. Se ainda continuam, digamos que os chineses terão algum estatuto preferencial em relação ao governo indonésio. Deixam-nos manter o seu grau de comercialização no território indonésio ou eles também foram preteridos a favor da ocupação dos indonésios?

Quando falou nos benefícios, se é que se poderão chamar benefícios, apenas focou estradas. Falou no Hotel Resende, do qual me recordo perfeitamente, e do Hotel Turismo, mas quando me vim embora, havia um grande hotel que estava a ser construído perto da Messe de Oficiais, em frente ao porto, e não sei se chegou a ser acabado ou não. Porém, ouvimos dizer, e os indonésios não se cansam de afirmar que fizeram casas, escolas, hospitais e que inclusivamente existe uma grande quantidade de médicos espalhados por todo o território, que há professores... Recordo-me, por exemplo, que em Aileu, onde eu estava, havia uma professora - que por acaso é irmã do Abílio Araújo, que está cá agora e que estava a dar aulas com a minha mulher. Assim eu gostaria de saber se isto é verdade, se existe de facto uma certa dispersão e dinamização de professores, médicos e enfermeiros por todo o território? Porque, na realidade, recordo-me que eu próprio quiz ser operado e não pude porque o anestesista tinha vindo de férias à metrópole e não havia quem me anestèsiasse.

Outra pergunta que pretendia fazer, sobre o estatuto do Governador Mário Carrascalão, já foi colocada pelo Sr. Deputado Sousa Lara.

Referiu também que acompanhou uma delegação australiana, bem como o Sr. Deputado Anacoreta Correia e, recentemente, o jornalista Nuno Rocha. Não houve mais visitas nenhumas? Aquilo está assim de tal maneira vedado que, nestes doze anos, desde jornalistas à própria Cruz Vermelha - que sabemos ter sido entretanto interdita de lá continuar - passando por pessoas individuais ou grupos com carácter de observação, todos foram impedidos de ir ao território timorense ? Ou pode destacar mais alguém, mais visitas que pudessem trazer-nos outros esclarecimentos que nós desconhecemos ?

Finalmente, gostaria de colocar mais duas perguntas. Qual é, na sua opinião e face à situação que se vive agora em Timor, a forma como o senhor encararia a solução que pudesse vir a ocorrer no mais curto espaço de tempo ? Se possível, por que via, como e através de quem ? Por último, gostaria de saber qual a sua opinião sobre a ida de uma delegação parlamentar portuguesa ao território timorense.

O SR. PRESIDENTE :- Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Santos.

O SR. MÁRIO SANTOS (PSD) :- Sr. Inácio de Moura, o senhor referiu ter sido preso, por várias vezes e por períodos variáveis, tendo assistido a torturas. Gostaria que me disse~~sse~~ a que tipo de torturas assistiu pessoalmente, quais as entidades que as praticavam e a que tipo de pessoas eram infligidas.

Gostaria também de saber o que é que fazia antes da saída dos portugueses de Timor e o que é que passou a fazer posteriormente a ter estado em Jacarta, depois de ter sido preso, quando foi operado e regressou depois a Dili. Qual era a sua actividade, nessa altura ? Quem lha confiou ?

Para mim torna-se um bocadinho difícil saber como é que é possível uma pessoa que causava tantas vezes suspeitas aos indonésios — que, por esse facto, esteve algumas vezes preso e foi seguido pela polícia política — ter desempenhado funções em que presumo ter havido colaboração com o governador nomeado pelos indonésios.

Gostaria também de saber se a Igreja fala livremente em Timor, se é só o Bispo autorizado a falar ou se também outras entidades ligadas à Igreja Católica, nomeadamente os padres, têm esta liberdade de expressão.

Por outro lado, tendo já lido e ouvido várias versões sobre a morte do tenente-coronel Magiolo Gouveia, gostaria também de ouvir a sua versão sobre este assunto, se é que sabe alguma coisa.

Quanto à guerrilha, gostaria que me desse, aproximadamente bem entendido, o número de guerrilheiros existente, que me dissesse qual o tipo de operações que desenvolvem, não só de carácter militar mas também aquelas que são levadas a cabo junto das populações que controlam, e , aproximadamente, qual a área de facto controlada pela guerrilha.

Gostaria ainda que me informasse se é habi-

37

tual, ou se é normal, irem estrangeiros a Dili. Em caso afirmativo, que tipo de estrangeiros são ? São políticos, jornalistas, turistas ? Deslocam-se livremente ou, pelo contrário, são acompanhados por alguém ? Sob que formas é possível um estrangeiro entrar em Dili e percorrer o território de Timor Leste ?

Por último, e só porque a sua intervenção me suscitou esta pergunta, - o senhor referiu que a viagem do jornalista Nuno Rocha foi paga pelo Governo de Timor, que tinha todas as facilidades, tendo-lhe a si próprio sido dado esse recado - gostaria que me dissesse se, sabe quem é que pagou a viagem ao Sr. Deputado Anacoreta Correia e em condições é que ele lá esteve ?

O SR. PRESIDENTE :- Tem a palavra o Sr. Deputado António Maria Pereira.

obine n.º 2
olha n.º 17 -

O SR. ANTÓNIO MARIA PEREIRA (PSD) :- Sr. Inácio de Moura, a maior parte das perguntas que eu pensara colocar-lhe já foram aqui formuladas. Em todo o caso, gostaria de fazer três perguntas.

Em primeiro lugar, o senhor disse que 110 aldeias de Timor Leste ainda não estão controladas e eu gostaria de saber o que é que esse número representa em relação ao conjunto total das aldeias de Timor Leste. O que é que isso significa, o que é que está efectivamente controlado e o que é que não está. Metade, um terço, um décimo ?

Em segundo lugar, gostaria que me desse a sua impressão sobre se a população em geral já está adaptada a viver com o invasor indonésio ou se, pelo contrário, o contesta constantemente. Uma terceira questão que decorre desta, consiste em saber, se, na sua opinião, a população de Timor Leste

bine n.º 2
lha n.º 18

continua a reivindicar incondicionalmente o direito à autodeterminação, à independência, ou se a maioria da população já se adaptou à lei indonésia. Se, desde que fossem salvaguardados certos aspectos como o de não haver ofensas aos direitos humanos e torturas, se se salvaguardassem os aspectos culturais e outros, estaria a maioria da população disposta a aceitar uma semi-independência, digamos, sob tutela indonésia ?

O SR. PRESIDENTE :- Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O SR. HERCULANO POMBO (PEV) :- Sr. Inácio de Moura, devo referir que a maior parte das questões que pretendia colocar felizmente já o foram e, como tal, não as repetirei.

No entanto, começaria por lhe perguntar se o senhor é ou não é um homem que resolveu arvorar-se em herói e, de algum modo, transformar-se em figura pública. Ponho-lhe a questão e penso que está a reconhecer a origem desta minha pergunta. Esta é a única questão que se prende directamente com a sua pessoa. As outras, mais duas ou três, têm a ver com os seus conhecimentos sobre a situação.

Na sua opinião, quais são os países estrangeiros que, na cena internacional, de algum modo, por actos ou omissões, contribuem para que a situação se mantenha assim há 12 anos ?

O Sr. Inácio de Moura referiu que os indonésios têm, entre outras estruturas militares, uma base aérea e que constantemente bombardeiam as posições da guerrilha de resistência timorense. Nesse contexto, como é que se compreende, de um ponto de vista militar, que a guerrilha se mantenha com a força e a moral com que, pelos vistos, tem dado e continua a dar provas ? Como é que se consegue aguentar a situação, do ponto de vista militar ? E, completando um pouco esta pergunta, quem é a guerrilha, afinal ? Há convergência timorense, há UDT, há FRETILIN ? Quem comanda, - como é que está estruturada ? Que apoios tem ? Na sua visão, o que é afinal a guerrilha ?

Quanto à minha última questão, ela prende-se com a visita do jornalista Nuno Rocha. Foi intencional, casual, da iniciativa do Sr. Nuno Rocha ou terá sido eventualmente encomendada ?

Neste momento, assumiu a presidência o Sr. Presidente Dias Loureiro.

O SR. PRESIDENTE :- Sr. Inácio Moura, peço-lhe desculpa, bem como à Comissão, pelo facto de não ter podido estar presente quando fez a sua exposição. Consequenmente, não sei se já se referiu à pergunta que pretendia colocar-lhe, podendo esta já ter sido respondida. Mas é uma pergunta que não ouvi aqui ser colocada e gostaria que me desse a sua opinião. Quais são, de facto, os actos que a guerrilha timorense, como está aqui a ser chamada, consegue praticar contra a ocupação indonésia ? Que tipo de actos consegue, na verdade, levar a cabo ?

Neste momento reassumiu a presidência o Sr. Viee-Presidente Eduardo Pereira.

O SR. PRESIDENTE :- Damos por terminada esta primeira volta de perguntas e agradecia agora ao Sr. Inácio de Moura a gentileza de, na medida do possível, responder a este bombardeamento de perguntas.

O SR. INÁCIO DE MOURA :- Começarei pelas questões colocadas pelo Sr. Deputado Raul Brito, quanto ao fa:

to de haver quem diga que Portugal abandonou Timor e quanto ao que as forças armadas então no território poderiam ter feito. Na verdade, em 27 de Agosto de 1975, quando o Governador Lemos Pires se retirou para Atauro com o seu quartel general, pouco ou nada as forças armadas podiam fazer. Elas já tinham sido anteriormente enviadas para Portugal, havendo apenas uma companhia de paraquedistas para defesa pessoal do coronel Lemos Pires. Já não havia forças armadas para defender Timor.

Quanto a saber se as mortes em Timor ocorreram durante a guerra civil, a resposta é não. Na guerra civil houve 2.000 a 3.000 mortos. Houve vários comunicados da Cruz Vermelha Internacional, que estava em Timor em Setembro, depoi do golpe da UDT e portanto durante a guerra civil, e que se lá manteve até Dezembro, poucos dias antes da invasão. Esteve lá também a CFOA, ou seja, Council for Overseas Aid, que é uma organização australiana que ajudou Timor com o fornecimento de géneros alimentícios. Estas organizações fizeram relatórios que tornaram público que em Timor o número de mortos rondava entre os 2.000/3.000. Mas as 200.000 mortes que se afirmam só ocorreram depois da invasão, em consequência da guerra militar imposta pela Indonésia, com os bombardeamentos, etc., e não em consequência da guerra civil.

Quanto à questão das torturas, elas são praticadas pela única polícia em exercício em Timor, a INTEL, Intelligence Indonese, que é uma polícia militar. Ou melhor, não se trata de polícias militares mas sim de militares que trabalham para a INTEL. Portanto, essas torturas são levadas a cabo pelos militares que trabalham para essa polícia, a Intel, e são frequentemente infligidas aos guerrilheiros que são apanhados. Mas também e são às populações de que desconfiam terem ligações no mat

45

Torturam-nos a fim de obter outras informações e são levadas a cabo nas sedes de interrogatório, que são várias, nos comandos militares do interior. Em Dili há bastantes centros de interrogatório.

Quanto ao número de guerrilheiros, penso que há mais de 1.500 bem armados, embora haja muitos mais, mas munidos de armamentos tradicionais como sejam a catana, a azagaia, etc.

Relativamente à proveniência do armamento, ele ainda é aquele que foi deixado pelos portugueses, se bem que as munições já devam ter acabado. Mas a FRETILIN consegue abastecer-se com os assaltos que efectua aos acampamentos indonésios. Ou seja, de momento, o melhor abastecedor da FRETILIN, do movimento de libertação, são os indonésios.

abine n.º 3
olha n.º 1
Com. Eventual para Acompanhamento da Situação de Timor Leste

ANTÓNIA/ANA MARIA

As munições já tinham acabado há muito tempo. O número de militares indonésios - há tempos, no mês passado ou há dois meses, vi uma declaração do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas Indonésias, que dizia que eram dez mil, mas os indonésios nunca dizem a verdade inteira, dizem sempre meia verdade, portanto, multiplicamos por dois e dá 20 mil, devem ter 20 mil militares indonésios. Todos os concelhos, que são treze, têm pelo menos, um batalhão - são treze, os concelhos em Timor: Los Palos, Viqueque, Same, todos esses têm, mais ou menos, três ou quatro batalhões; depois têm mais dois batalhões, que são o 744 e o 745, compostos por timorenses - têm muito timorenses, mas os oficiais e sargentos são todos indonésios. Calculo em cerca de 20 mil homens, que a Indonésia lá tem. Aliás, é muito frequente os barcos chegarem com tropas, que fazem um giro em volta de Dili, fazem parada e desfile pelas ruas de Dili. A moral das tropas indonésias - as tropas indonésias, nomeadamente a classe inferior, soldados, por exemplo, falam connosco, vão a Dili, e dizem que não sabem como é que foram ali parar, alguns até contam que "disseram que íamos para exercícios em   , afinal despejaram-nos em Timor"; eles nem sabem como aquilo começou, muitos dizem "nós não viemos cá para perder a vida, temos a nossa família em Jacarta, em Java" - vê-se que o soldado indonésio não luta com finalidade alguma, luta porque é obrigado, para satisfazer a vontade do chefe. A guerra é pensada em Jacarta e não em Dili. Os timorenses vêem nos portugueses uma espécie de tábua de salvação. Em Dezembro, poucos dias antes de eu deixar Dili, mais ou menos a 11 ou 12 de Dezembro, apareceram uns cartazes - um deles, mesmo no edifício do Governador   e outro creio que junto à Assembleia Legislativa Provincial - escritos em português, indonésio e inglês e diziam: "vão-se embora, porque os portugueses ainda voltam cá para descolonizar Timor; cães indonésios vão-se embora, porque Portugal vai voltar". Em consequência disso, soube, quando estava na Austrália, que foram interrogados dois padres timorenses que eles acharam que estavam ligados a isto - mas como já estava na Austrália, não tenho a certeza e não posso confirmar.

O SR. RAUL DE BRITO (PS): - Há duas questões que, penso, se esqueceu de referir, ou não respondeu totalmente. A primeira delas é: que tipo de torturas é utilizado pelos indonésios em relação aos guerrilheiros e às populações que submetem a interrogatórios; a outra é: se os guerrilheiros em si e a população timorense reconhecem a Convergência Nacionalista como sua representante, dos seus interesses e das suas aspirações, no plano internacional. Eram estas duas questões que queria ver se poderia ainda responder.

O SR. INACIO DE MOURA (depoente): - Quanto às torturas

- são choques eléctricos, mas principalmente bater, com chicote, por exemplo. Havia um oficial indonésio, no local onde eu estava detido, que usava um capacete da polícia militar, sem forro, que tinha escrito, por fora, "eu sou Fretilin" - quando ia ouvir um prisioneiro, ou da Fretilin, ou de quem desconfiavam, em interrogatório, punha-lhe o capacete na cabeça e, quando recusava responder, batia-lhe com um ferro até ele cair. Queimaduras de cigarros, também. E com as mulheres era igual. Havia outra prisão onde mergulhavam os prisioneiros num tanque com água, usavam também os choques eléctricos, punham-nos ao sol, depois de lhes bater, para secarem ao sol e obrigavam-nos a dançar canções timorenses que os próprios indonésios se punham a tocar, na cadeia - assisti a isso muitas vezes. Quanto a se a guerrilha se identifica com o espírito nacionalista das populações - sim, claro; a guerrilha só pode sobreviver porque tem o apoio total da população de Timor, se não o tivesse, a guerrilha já teria desaparecido.

O SR. VICE-PRESIDENTE (EDUARDO PEREIRA): - Pedia-lhe o favor de continuar, já agora vinham as respostas às perguntas do Sr. Deputado Sousa Lara, suponho.

O SR. INÁCIO DE MOURA: - Qual o estatuto do Sr. Engenheiro Carrascalão - o engenheiro Carrascalão é o Governador indonésio de Timor-Tim , nomeado por Jacarta para desempenhar as funções de governador do que eles dizem que é a 27ª província indonésia, Timor-Tim , nomeado pelo Governo Central de Jacarta; já foi reeleito, foi nomeado em 1982 e em 1987 foi reeleito. Sei, pessoalmente, era amigo dele desde o tempo português, que ele recusou ser reeleito, mas aconselharam-no a que continuasse e não teve outro remédio, ficou; e devo dizer que ainda bem, ⟶

porque é boa pessoa, capaz de ajudar o povo timorense, e não vejo ninguém capaz de o substituir - no meio daquele inferno todo, ele ainda é um anjo. Eu sei, porque trabalhava directamente com ele no departamento de Serviço Social, que deu muitas ajudas aos timorenses vitimados pela guerra e às famílias, sem olhar a partidos - com receio até de ser apanhado pelos indonésios que ali estavam - independentemente da coloração política: se era um Fretilin, ou marido ou viúva de um Fretilin; sei, pessoalmente, porque eu próprio levei muitas ajudas e canalizei muitas, enviadas por ele. Não sei se era esta a resposta.

Quanto à transferência forçada da população - eles transferem as populações de zonas onde podem ter contactos com a guerrilha; quando os indonésios suspeitam que podem haver contactos, em zonas próprias da guerrilha, então transferem as populações para outros lados, para campos a que chamam agrupamentos. Uma vez, ou antes, várias vezes, transferiram todos os prisioneiros e famílias de prisioneiros, que tinham alguém no mato que lutava ainda, para a ilha de Atauro - creio que agora já acabou esse desterro, por informações que recebi. O que têm é povoações, a que chamam modelo, mas que se destinam a controlar a população, que não pode sair além de um determinado raio - posso citar exemplos: Luro, Iliomar, no concelho de Lautem, onde a guerrilha está muito próxima, as populações não podem movimentar-se além de determinado raio. Por isso ali há muita fome, porque as populações não podem fazer a horta - costumam fazê-la no monte, mas como não podem sair, porque os indonésios não autorizam, há muita fome, provocada pela guerra.

Quanto à política de esterilização - os indonésios têm um , Family Planning, , como eles dizem, redução da população, porque a Indonésia é um país superpopulado de modo que, para reduzirem a população, esterilizam as mulheres, contra a vontade dos timorenses e contra a vontade da Igreja - a Igreja timorense várias vezes protestou contra isto; os indonésios dizem que uma família feliz é uma família só com dois filhos, mas o timorense é adepto de uma família extensiva e os padres e o próprio Governo, membros do Governo de , dizem que Timor bem precisa de mais gente para compensar aquela que já perdeu na guerra.

O SR. VICE-PRESIDENTE: - E as perguntas do Sr. Deputado Rui Silva?

O SR. INÁCIO DE MOURA: - A guerrilha actua mais nas zonas que atrás referi, onde mais se faz sentir, que é a região de Lautem, Los Palos, Viqueque, Manatuto, principalmente, Ossu, Lacluta, Vatolari, Vatocarabau, Ainaro, Mancasse, e mesmo entre Ainaro e Sumalai, Mape, entre Ainaro e Suai, Kovalima; Baucau é na parte de Baguia, Laga...

O SR. VICE-PRESIDENTE: - Só um momento, por favor.

O SR. PRESIDENTE : - Só uma pergunta, que pode ser para o Sr. Inácio de Moura ou para o Sr. Deputado Rui Silva - mas isso corresponde, em relação à área total do território, mais ou menos a quanto? Metade, três quartos? Só para termos uma ideia de o que é que significa essa área.

O SR. INACIO DE MOURA: - Em termos de geografia, não chega a um quarto, talvez, da área total.

O SR. PRESIDENTE : - Isto se eu depreender que, se formos para a zona de Hatabaro, Unaro, Same, aí não há nada.

O SR. INACIO DE MOURA: - Aí não se regista, só na parte leste e sul.

O SR. VICE-PRESIDENTE : - Para que a gravação resulte, não se esqueçam de indicar o nome em cada intervenção.

J-J

Queira fazer o favor de continuar.

O SR. INÁCIO DE MOURA: - Quanto aos chineses, são chineses de Java; os indonésios não gostam muito dos chineses, mataram muitos aquando da revolução de 1965, do golpe comunista - mas estes chineses, parece-me, não são comunistas, a maior parte era de Taihuan, Taipé; agora dão-se bem com os chineses porque o chinês é uma pessoa que dá para fazer negócios, estas vigarices todas de comércio, daqui para ali, e os indonésios gostam muito disto.

Na verdade, há muitos médicos, militares - dizem eles; mas o conhecimento dos médicos não chega ao de um enfermeiro timorense: os enfermeiros timorenses dão lições de medicina aos médicos indonésios. Aliás, qualquer médico português reconhece que o enfermeiro timorense tinha muita categoria na sua especialidade - eles dão injecções, o que os indonésios não sabem fazer, até têm medo de espetar a agulha, enquanto os timorenses não. Hospitais - têm feito, de bambu; mas não têm medicamentos! Aquilo é só para turista ver - "turista", ainda não há turismo - ora há um visitante, ou a Cruz Vermelha; mas não têm lá nada. Fui várias vezes a alguns, com indonésios, sem levantar desconfianças, e vi pessoalmente - não têm medicamentos, não têm nada! Em Dili, também é dificil arranjar medicamentos e até os que mandaram para lá, através da Cruz Vermelha Internacional, foram todos vendidos pelos indonésios aos chineses - aí está para o que é que eles precisam dos chineses. Havia um medicamento, Fansidar, que é um anti-palúdico, nunca o encontrei lá, nem no tempo dos portugueses, talvez não existisse ainda; mas só quando a Cruz Vermelha foi lá em 1979, fizeram um *survey* por todo o território, viram que a malária era uma doença perigosa, e mandaram para lá este Fansidar. Antes só existia a Cloroquina, a Resoquina - mas quando mandaram este, nessa semana todos os estabelecimentos chineses, comerciais, vendiam o medicamento e o povo timorense é que não viu nenhum! E foi mandado pela

Cruz Vermelha Internacional e por outros organismos, penso que a Austrália também mandou. Isto foi publicado, creio que no Far Eastern Economic Revue, não sei se chegou a Portugal.

Na verdade, há escolas e professores - mas para ensinar a língua indonésia, não ensinam o timorense, nem o português. É lógico, está ocupado pela Indonésia. Os professores não se dão muito bem com os timorenses, porque os timorenses não gostam do professor indonésio, que se arma em bapa - eles querem que se lhes chame bapa, que significa pai, senhor; tuan é senhor em , indonésio, mas bapa é o pai e obrigavam-nos a chamar-lhes bapa!

Se houve mais visitas a Timor Leste, além daquelas - há umas visitas, dos Amigos da , dos Amigos da Indonésia, mas também não vêem nada, são canalizados para ali ou para acolá, através de

18

um plano organizado de visitas. A Cruz Vermelha Internacional, sim, visita - está lá uma funcionária, fica lá uma enfermeira, em Dili, no Hotel Turismo; vai a Jacarta, todas as semanas, fica em Timor . Uma equipa de survey médico da Cruz Vermelha Internacional, da Suiça, é autorizada três vezes por ano a ver Timor. Por acaso, andam sempre acompanhados também pela polícia política indonésia. Dias antes de eu vir, tinha estado lá uma equipa da Cruz Vermelha Internacional e até lhes perguntei como é que achavam a situação - disseram-me que o povo já não sabe falar teto , tem medo de o fazer porque os indonésios não o falam, só usam o seu próprio dialecto, e não querem que os timorenses falem teto com os estrangeiros. Se a Cruz Vermelha quisesse, podia revelar muito, porque sabe muito - mas não quer dizer o que se passa, porque se o fizer, mesmo pouco, os indonésios dão-lhes um pontapé e correm com a Cruz Vermelha Internacional. Eles não hesitam muito em proibir - está proibido, e pronto! Creio que visitas, além destas, não houve grande destaque.

Qual a minha opinião para uma solução do caso de Timor - era a Indonésia respeitar as deliberações do Conselho de Segurança, o Comissário de Portugal ia lá e Timor, com certeza, teria o seu problema solucionado.

O SR. : - Se Portugal fosse lá, com o apoio da ONU...

O SR. INACIO DE MOURA: - Os timorenses, se pudessem escolher em liberdade, escolhiam a liberdade. Enquanto a Indonésia se mantiver com um regime de força, Timor nunca pode exprimir o seu voto, como até agora, nunca teve oportunidade de se exprimir - ao contrário do que os indonésios dizem, que votaram pela integração, não! Votaram, mas foi do outro lado da fronteira, quando fugiram a UDT e a APODETI e assinaram, mas do outro lado - porque, se o não fizessem, a Indonésia devolvia-os à Fretilin e por isso preferiram assinar. O povo timorense nunca foi ouvido.

Sobre uma possível ida da Assembleia da República Portuguesa, quanto a mim, será um fracasso - porque a Indonésia vai fazer tudo para que os Srs. Deputados portugueses não vejam nada. E é fácil, muito fácil mesmo: ou dizem que não há transportes, ou que choveu, as estradas estão enlameadas - e não é mentira, muitas vezes - e não há helicópteros, quando têm muitos; ou então retiram o material de guerra que está à vista, e ninguém consegue vê-lo; podem também dizer que não há militares, mas sabem vestir os militares como timorenses - muitos militares das ilhas têm feições semelhantes ao povo timorense, nem precisam de pôr o javanês, vestem-nos de timorenses e passam muito bem; os armazéns: vão lá antes, encher os hospitais de medicamentos e as áreas visitadas vão encher de comida; também podem dizer que não há prisioneiros políticos; quanto aos prisioneiros das duas cadeias de Dili e das cadeias do interior - nunca mostram as do interior, mas as de Dili mostram - vão lá pôr funcionários, trocam-nos, como é costume: havia dois rapazes que trabalhavam comigo, no Governo, que, quando havia visitantes estrangeiros, por exemplo, , da ONU, iam para lá, ocupar o lugar dos prisioneiros - gordinhos! "Afinal, os prisioneiros, aqui, estão bem". Pois não, não eram os prisioneiros, esses tinham sido deslocados e puseram lá funcionários, simpatizantes da APODETI. Não se pode passar em Taibesse, por exemplo, em Dili está fechado o cemitério principal; mas podem abrir - se souberem que se diz aqui que fecham o cemitério para não se ver o Cemitério dos Heróis, como lhe chamam - retiram a indicação do morto. tem nome indonésio, tiram e põem o nome de um maubere. Eu vi, pessoalmente: o número 1, no cemitério de Dili, em frente ao porto de Dili, que foi o primeiro cemitério, era o tenente-coronel Atan Sutresna, pois mudou de nome muitas vezes, talvez já se tenha chamado Inácio de

Moura! Quando havia visitantes, tiravam aquela placa e punham outra, para dizer que era um católico e não um islamita, que estava ali - trocam, têm duas placas, uma com Manuel, que é um timorense, outra com o nome de um indonésio; "aqui não há mortos indonésios, só timorenses que morreram na guerra civil". Nunca aparecem mortos indonésios - mas está cheio, e já foi esvaziado duas vezes; e o cemitério do porto também, já foi transformado no Jardim da Independência.

Por isso é que eu digo - se a visita dos parlamentares portugueses for orientada pelos indonésios, o intérprete que for com eles, com certeza que, se for de lá, tem de ter medo:é ameaçado, não pode traduzir o que os Srs. Deputados querem - vêm-se embora e ele "entra"! Só se souber fazê-lo muito inteligentemente. E os itinerários, são eles que vão escolher - por exemplo, se quiserem ir à zona de Luro, onde está a Fretilin, eles vão logo lá bombardear o local, para a Fretilin fugir para outro lado e quando lá chegarem, não vêem lá ninguém. É isto que eles fazem sempre. Eu duvido do êxito da visita, porque conheço os indonésios, estive lá treze anos com eles - vão fazer tudo! Por outro lado, sei que o povo timorense gostaria de ver lá os portugueses, e os guerrilheiros também gostariam de contactar com os portugueses, penso eu. Mas duvido do êxito da visita.

Quanto à actividade que eu exerci no tempo português, fui para lá em 1965, fazer o serviço militar obrigatório; depois passei para o funcionalismo público, até 11 de Agosto de 1975 trabalhava no Centro de Informação e Turismo, em Dili; de Agosto a Dezembro, trabalhei no Departamento de Informação da Fretilin, em Dili também, até à invasão indonésia. A razão deste trabalho, no Departamento de Informação, é muito simples: os dirigentes da Fretilin eram todos meus amigos e, além disso, estive preso pela UDT - quando se deu o golpe de 11 de Agosto, a UDT pôs-

-me na cadeia e a Fretilin é que me foi libertar, no dia 27 de Agosto, quando o Sr. Governador Lemos Pires foi para Ataúro. Desde então até Dezembro estive a trabalhar com a Fretilin, precisamente com Gusmão, que era jornalista da Fretilin e é o actual comandante da guerrilha em Timor. Depois, no tempo indonésio, a partir de Dezembro, fui preso e até 1985 não fiz nada - estive dez anos sem fazer nada. Como estava na lista negra da Indonésia, não conseguia sair de Timor; nem a Cruz Vermelha Internacional, nem a Austrália - eu estava inscrito para a Reunificação Familiar na Austrália, numa lista aprovada pela Austrália e pela Indonésia - nem o repatriamento para Portugal, nem a Amnistia Internacional, ninguém conseguiu libertar-me de Timor. Até me disseram: "você vai apodrecer aqui!" Finalmente, alguém me deu a mão, um conselho, "não quer trabalhar comigo?" Pensei e achei que era melhor, porque também não tinha dinheiro para viver - e estive a trabalhar. E tive muita sorte, porque a nódoa negra que eu apresentava aos olhos dos indonésios, começou a dissipar-se, começaram a ter um pouco de confiança e lançaram-me - primeiro foi o Deputado Anacoreta Correia, depois foi o Nuno Rocha, talvez a ver se eu descarrilava um pouco, mas não! Ficaram muito satisfeitos, pensaram até que fui eu quem deu todos os elementos ao Sr. Nuno Rocha, quem o ajudou - felicitaram-me muito e agradeceram-me a ajuda, porque, como andei com ele, tiraram essa conclusão. E eu achei que era uma boa oportunidade para sair de lá - tinha pedido uma autorização para ir passar o Natal à Austrália, há dois anos, que foi sempre negada, mas eu tinha uma outra guardada de 1986 para 1987, meti a guia de marcha e "colou" mesmo! Claro que paguei alguma coisa aos indonésios, sem pagar não se faz nada, e consegui sair para a Austrália. Nesse período, com a Indonésia, trabalhei no Gabinete de Bem-Estar Social, com o Engenheiro . Não me interessavam os indonésios, interessava-me era o Governador, o engenheiro Mário - se eles acreditavam em mim, não sei; ele, é acreditado pelos indonésios, eles acreditam nele, ele acreditava em mim e assim me fui "safando". Mas tenho a impressão de que os indonésios nunca acreditaram muito em mim.

Em relação à Igreja, se é só o Bispo que fala - sim, porque está directamente dependente da Santa Sé, do Vaticano, portanto, pode falar; os padres, têm medo de falar, principalmente os timorenses. Mas há alguns que podem falar - são os que dizem bem dos indonésios e, infelizmente, há-os lá! São os mais beneficiados também, recebem auxílios monetários, et cetera. Até autorizações para sair do território, alguns já sairam, vieram passar férias, aqui e a outros lados.

O SR. MARIO SANTOS (PSD): - Que tipo de operações são desenvolvidas?

O SR. INÁCIO DE MOURA: - São actuações de assalto - assaltam colunas; dois anos antes de eu vir, houve um assalto em - estavam a arranjar uma estrada, uma viatura militar ia a passar, deitavam uma árvore ao chão - eu ia de helicóptero com uns indonésios, a Baucau, e o helicóptero foi desviado para levar os mortos todos. Foi um ataque da Fretilin. O capim é muito elevado, é muito fácil: dois guerrilheiros da Fretilin chegam para dizimar uma companhia. Quem conhece Timor, sabe muito bem - no alto de Soibada, . lá de cima, basta um de cada lado, com uma arma, e fica tudo lá no meio do caminho; principalmente no tempo das chuvas e com o capim alto.

Quem pagou a viagem ao Deputado Anacoreta Correia - isso não sei, nem faço ideia. Ele nunca me disse, não sei se foi o partido do Sr. Deputado, ou se foi o Governo português - não posso responder. A visita do Sr. Nuno Rocha foi paga pelo Governo indonésio, essa sei porque o Secretário-Geral do Governo Indonésio me mandou ao Hotel de Turismo dar o nome dele e dizer que o Governo pagava tudo - fui eu o encarregado dessa tarefa, por isso sei.

- O SR. MARIO SANTOS (PSD): - Só falta uma questão, é a sua versão da morte do Tenente-Coronel Gouveia.

O SR. INACIO DE MOURA: - Magiolo Gouveia, ex-tenente-coronel do exército português, à data do golpe, ou contra-golpe, da UDT/Fretilin, era o Comandante da Polícia de Segurança Pública, PSP, em Dili.

SSEMBLEIA DA REPÚBLICA

IRECÇÃO-GERAL DOS
ERVIÇOS PARLAMENTARES

ecção de Serviços de Apoio Parlamentar

~~Divisão de Redacção~~

obine n.º 4

olha n.º 1

Com.Event.Acomp.Sit.

TIMOR-LESTE

IGUEL LARA/MARIA
MANUELA

3/ /88

Sei que havia lá um jogo entre a UDT e o Comandante Magiolo Gouveia da polícia porque ele tinha afirmado, na véspera do assalto ao quartel realizado pela UDT, que caso houvesse um movimento que fosse lá apoderar-se das armas que não se oferecesse resistência porque essa acção correspondia à tomada de uma posição política. Portanto, a qualquer agrupamento político que fosse assaltar o quartel não se poderia resistir por se tratar isso de uma questão política, ou seja, já se sabia que esse comandante estava conivente com a obtenção das armas por parte da UDT.

Assim, membros deste movimento foram lá na noite do dia 10 de Agosto, apoderaram-se de todas as armas da PSP, foram à esquadra e chamaram o Comandante Magiolo Gouveia - não sei se isso foi um truque ou não, mas deu essa impressão -, tendo-o aparentemente prendido e levado para o quartel da UDT, situado no

Mais tarde fui preso pela UDT, estive também no

, e aquele comandante fez uma declaração aos microfones da emissora oficial de Timor - em poder daquela organização - pela qual, após um longo discurso, se demitia do seu cargo por se sentir envergonhado como oficial do exército português, e creio inclusivamente que ele estava contra o Governo de Timor de então. Este Tenente-Coronel Magiolo Gouveia terminou a sua alocução com palavras tais como " Viva Portugal, viva o Partido Socialista, viva Timor ".

No entanto, enquanto estive no palapácio compreendi que, na prática, era ele o verdadeiro comandante operacional da UDT embora em teoria fosse já um Carrascalão. O irmão dele, o Engº Mário Carrascalão, é o actual governador, mas ouvi-o afirmar frequentemente que ele é que era o verdadeiro comandante operacional do território. Posso até dizer que fui lá muitas vezes, ao comando operacional, situado mesmo ao lado da cadeia onde nos encontrávamos, e fiquei com a impressão que eles bebiam muito uísque, ficando ele muitas vezes " avariado ". Dizia, inclusivamente, aos guardas da prisão o seguinte: " Ao mínimo gesto, uma granada lá para dentro ", mas mal físico nunca fez.

Mais tarde, num dia posterior ao dia 20 de Agosto, estava eu ainda numa cadeia da UDT, ele foi ao quartel-general e tentou falar com o então comandante das forças armadas, Rogério Lobato, um oficial miliciano a quem o Governo tinha entregue o comando militar de Timor. Sei que foi preso, tal como muitos outros, e quando a FRETILIN avançou no terreno os presos da UDT foram substituídos pelos da FRETILIN. Devo dizer que cheguei a visitá-lo na cadeia, levei-lhe cigarros, era seu amigo pessoal, e por isso fiquei até mal visto pelos guardas prisionais.

Finalmente, sei que ele foi morto por guardas prisionais pertencentes à FRETILIN, em Aileu.

O SR. PRESIDENTE: - O senhor disse há pouco que o

Tenente-Coronel Magiolo Gouveia era o comandante operacional da UDT, mas não disse também anteriormente que ele tinha sido preso pela própria UDT?

O SR. INÁCIO DE MOURA: - Quando membros da UDT foram assaltar o quartel da polícia telefonaram-lhe para casa, disseram-lhe que lá fosse pois precisavam de falar com ele, e após a sua chegada ao quartel deram-lhe ordem de prisão. De seguida foi levado para o acampamento daquela organização e dois dias depois disso ele declarou estar do lado da UDT.

O SR. PRESIDENTE: - E tornou-se membro da UDT desde esse momento?

O SR. INÁCIO DE MOURA: - Sim.

O SR. VICE-PRESIDENTE: - Suponho que podemos passar agora à apresentação das questões formuladas pelo Sr. Deputado António Maria Pereira. Resumidamente, elas são as seguintes: Que fracção do território está controlada? A população já se ambientou ou não à ocupação indonésia? A população ainda faz exigências?

O SR.INÁCIO DE MOURA: - Já respondi a uma parte das questões.

O SR. ANTÓNIO MARIA PEREIRA (PSD): - A minha pergunta capital vai no sentido de saber se considera que a população de Timor-Leste aceita já o controlo por parte da Indonésia sem reclamar ou sem se manifestar, ou se, pelo contrário, continua a haver uma oposição da respectiva população ao domínio indonésio.

A segunda pergunta consiste em saber se o senhor acredita que essa população estaria predisposta a aceitar uma solução que não fosse a auto-determinação mas apenas a preservação dos direitos culturais, sem a continuação de torturas e sob uma espécie de sistema de semi-independência, ou se, pelo contrário, a população timorense continua a querer fundamentalmente a independência ou a auto-de bine n.º 4

lha n.º 6

terminação.

O SR.INÁCIO DE MOURA: - A minha opinião é a de que a guerra já dura há treze anos, desde 1975, e a população não está satisfeita com a Indonésia. No entanto, ela não controla a alma nem o íntimo das populações timorenses. Se a guerrilha continua activa, é porque tem o apoio da população pois se não tivesse o seu apoio total já teria terminado. O que é que poderá fazer uma formiga, que é Timor, contra um gigante,que é a Indonésia? O que é que poderão fazer 500 mil pessoas a lutar contra 180 milhões? Nem todos estão do nosso lado, alguns estão a lutar com os indonésios.

O SR.ANTÓNIO MARIA PEREIRA(PSD): - Vamos supor uma solução que consistisse no seguinte: não se iria para a auto-determinação,aceitava-se o domínio da Indonésia mas com o compromisso por ela assumido de assegurar os direitos humanos, os aspectos culturais, a religião, etc. Esta é a solução proposta pelo Sr. Nuno Rocha.

Pensa que isso seria aceite de bom grado pela população, ou trata-se de uma solução que a maioria da população não aceitaria porque o que ela quer é poder auto-determinar-se, ser independente?

O SR.INÁCIO DE MOURA: - Acho que a população não a aceitaria. Por exemplo, os indonésios já fizeram promessas quando houve uma amnistia presidencial, em 1978, segundo a qual os timorenses que se rendessem seriam recebidos, e, contudo, foram todos fuzilados.

O SR. ANTÓNIO MARIA PEREIRA(PSD): - Suponha, por exemplo, que essa solução incluía um controlo por parte das Nações Unidas.

O SR. INÁCIO DE MOURA: - Claro que não posso falar em nome da população timorense, e deve-se perguntar isso à própria população numa situação de liberdade em que ela possa responder, o que não é o caso, mas havendo o controlo das Nações Unidas tanto melhor.

O SR. ANTÓNIO MARIA PEREIRA(PSD): - A minha pergunta vai no sentido de saber a importância que tem a auto-determinação para a população de Timor-Leste. Ela é um factor fundamental, como se tem verificado noutros casos semelhantes, em que as respectivas populações não se satisfazem com aspectos parcelares e o que querem realmente é a auto-determinação. Pergunto: é esse o caso de Timor-Leste, ou a respectiva população já está de tal modo saturada de guerra que aceitaria qualquer solução com o domínio da Indonésia, desde que houvesse uma garantia de que não continuariam a verificar-se torturas, que os aspectos culturais seriam preservados, etc.

O SR. INÁCIO DE MOURA: - Estou convencido de que a população aceitaria qualquer solução desde que a Indonésia não estivesse incluída, mas de preferência optariam pela auto-determinação, pela independência.

O SR. VICE-PRESIDENTE: - Agora passaríamos às questões colocadas pelo Sr. Deputado Herculano Pombo.

O SR. INÁCIO DE MOURA: - O Sr. Deputado Herculano Pombo pergunta-me se me considero herói e devo dizer-lhe que nunca me considerei como tal.

O SR.HERCULANO POMBO(PEV): - O que pretendo perguntar-lhe é se, de facto, o senhor é um homem que a partir de determinado momento da sua vida resolveu tornar-se figura pública, ou seja, resolveu através de um determinado número de expedientes vir a ser conhecido, sair do anonimato, criar uma situação de figura conhecida, situação que de algum modo não era aquela em que se encontrava anteriormente.

Portanto, o senhor é ou não é este tipo de pessoa? Como lhe referi há pouco, esta não é uma preocupação que me assalta a mim pessoalmente, isto é, estou a veicular aqui uma acusação que lhe foi feita sabe muito bem por quem. Assim, fiz-lhe a pergunta para clarificar este aspecto.

O SR. INÁCIO DE MOURA: - Posso dizer que nunca me considerei herói, não me interessa sê-lo nem estou a ver quais os resultados que pudessem daí advir. Não tenho neste momento nenhum livro publicado para tentar vender, não quero ser promovido no funcionalismo público, sou funcionário e quero ser reintegrado como os restantes, e, portanto, não compreendo por que é que dizem que pretendo ser um herói.

O SR. HERCULANO POMBO(PEV):- Se me permite, completo esta questão, dando-lhe um pouco a volta. O senhor prevê que com esta sua actuação de denuncia da situação possam vir a ser exercidas represálias contra si, ou contra algum familiar ou amigo seu, que, de algum modo, possa vir a sofrer com isso?

O SR. INÁCIO DE MOURA: - Tudo é de prever, mas julgo que isto não me vai afectar a mim ou a outros. No entanto, a minha obrigação é dar a conhecer ao mundo, e mais concretamente a Portugal, o que se passa em Timor, a sua tragédia. Se senti na carne e no sangue os acontecimentos passados em Timor-Leste peço que me deixem extravasar isso sem quaisquer ambições de herói.

O SR. HERCULANO POMBO(PEV):- A segunda questão que lhe tinha colocado era referente às potências estrangeiras que, de algum modo, apoiam a actual situação, calam a situação, e permitem que este quadro se mantenha. Quais são elas?

O SR. INÁCIO DE MOURA: - No meu entender são os Estados Unidos da América. Creio que a Indonésia é uma colónia dos E.U.A.. Ela recebe todo o apoio desta potência, lá tudo é americano. Penso mesmo que se os Estados Unidos da América dissessem à Indonésia que terminassem a guerra que isso acontecia. Tal como em 1975 o presidente Ford e o Kissinger, que se encontravam em Djacarta, deram luz verde a este país para começar a guerra, podiam agora os actuais responsáveis americanos darem indicações para ela terminar.

O SR. HERCULANO POMBO(PEV): - O senhor considera, então, possível que um alto responsável do Governo americano tenha recentemente afirmado, como aqui transmitiu o Sr. Deputado António Maria Pereira, que desconhecia por completo a violação dos direitos humanos no território de Timor_leste. Como é que comenta isto?

O SR. ANTÓNIO MARIA PEREIRA: - Esse responsável não disse que desconhecia a situacão por completo mas,sim, que estava mal informado e que, portanto, gostaria que o nosso embaixador o informasse melhor do que lá se passa.

O SR. INÁCIO DE MOURA: - Essas informações certamente que nunca chegam às altas esferas, ou seja, são tantas as portas e portinhas existentes que elas nunca chegam lá acima. Os próprios generais portugueses, bem como os coronéis, dizem que não têm conhecimento disso. Isso é feito pelos soldados e nem os majores ou capitães sabem muitas vezes o que se passa. O povo timorense sofre, é morto e desaparece. Afirmar-se que se desconhece que há tortura em Timor é resposta de um político americano.

O SR. HERCULANO POMBO: - Gostaria de lhe perguntar como é que se compreende que a guerrilha tenha resistido tanto e como é que está estruturada? Quem é a guerrilha?

O SR. INÁCIO DE MOURA: - A guerrilha é o povo de Timor em armas, ou seja, não é somente a FRETILIN como se verificava no início. Houve muitos indivíduos que colaboraram com os próprios indonésios, que eram de Apotete, designados por partisans, e que fugiram e se juntaram à FRETILIN, estão actualmente nas forças de resistência. O povo de Timor não consiste apenas na FRETILIN. Esta organização lançou o alarme, tornou-se na vanguarda da luta armada, e o povo começou-se a juntar a ela.

O SR. HERCULANO POMBO(PEV): - Na sua opinião, de quem partiu a iniciativa da visita do jornalista Nuno Rocha? Tratou-

-se de uma deslocação de sua própria iniciativa ou derivada de convite? Quanto ao livro, terá sido uma encomenda?

O SR. INÁCIO DE MOURA: - No que respeita ao livro julgo que se tratou de uma encomenda. Quanto à visita, ele contou-me que se tratou de uma coincidência, ou seja, conheceu um ministro indonésio em Banguecoque. Ora, não posso duvidar dele como homem, como pessoa, duvido dele, sim, como jornalista: escreveu uma coisa, fazendo, afirmações peremptórias, sem provas, por isso duvido dele como profissional. No entanto, ele disse-me que foi convidado pelo referido ministro e eu acredito.

O SR. HERCULANO POMBO(PEV): - Então, o livro " Timor - Timor ", de Nuno Rocha, na sua opinião não relata factos vividos pelo jornalista, ou seja, ele não teve hipóteses de os viver por não ter lá estado tempo suficiente para isso?

O SR. INÁCIO DE MOURA: - Ele esteve lá 24 horas,

a maior parte delas a dormir. Tenho a impressão que foi para a cam
às 8 horas da noite e que se levantou às 7 da manhã.

O SR. HERCULANO POMBO(PEV): - O senhor tem a ce
teza que ele abandonou o território depois dessas 24 horas?

O SR.INÁCIO DE MOURA: - Quanto a isso tenho a c
teza, acompanhei-o mesmo ao avião. O livro não foi escrito lá, não
vi tomar lá quaisquer notas, isto é, devem-lhe ter dado aqueles apo
tamentos em Djacartá.

O SR. VICE-PRESIDENTE: - Sr. Presidente, ainda
havia mais uma questão a colocar, a qual é referente aos actos que
guerrilha timorense pratica, mas esse aspecto já foi mencionado várias vezes.

O SR. PRESIDENTE: - Srs.Deputados, devo dizer-l
que são neste momento 19 horas e que às 19 horas e 30 minutos temos
que proceder a uma votação. Assim, pergunto se há mais alguma ques

a colocar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl de Brito.

O SR. RAÚL DE BRITO(PS): - Foram aqui referidos problemas de transmigração de populações mas no sentido interno, isto é, a mudança de populações das aldeias clássicas para aldeamentos construídos pelo invasor. A questão que lhe coloco, que foi mencionada e acerca da qual temos informações cuja veracidade gostaríamos de confirmar, é a de saber se houve ou não transmigração de outras ilhas para a parte leste da ilha de Timor.

Assim, gostaríamos de saber se se confirma ou não esse movimento e de que ilhas e populações ele se processou. Por outro lado, pergunto se poderia especificar, embora tentando objectivar na medida do possível, e baseado naturalmente numa presunção, quantos indonésios terão morrido ao longo destes anos na luta com o povo timorense.

Além disso, como o senhor deu nota a esta Comissão de um co
bate que se terá verificado há cerca de dois anos, entre as
forças da guerrilha e as forças invasoras, perguntar-lhe-ia
se teve ou não conhecimento de outros confrontos que tenham
eventualmente existido desde então entre a guerrilha e as f
ças armadas indonésias.

O SR. INÁCIO DE MOURA :- Quando é que se
rificou o último combate ?

O SR. RAÚL DE BRITO (PS) :- O senhor ref
riu o caso de uma coluna que assistiu a um combate verific
há cerca de dois anos.

O SR. INÁCIO DE MOURA :- Ah, sim !

O SR. RAÚL DE BRITO (PS) :- Mas, daí pa
cá, teve ou não conhecimento de outros incidentes entre a
rilha e as forças armadas indonésias, e qual é a persistên

deles ? Eram somente estas duas questões que pretendia col
car.

O SR. PRESIDENTE :- Tem a palavra o Sr.
putado Adriano Moreira.

O SR. ADRIANO MOREIRA (CDS) :- Ouvi com
maior interesse o Sr. Inácio de Moura e há dois pontos acer
dos quais gostaria de pedir um esclarecimento.

De facto, pareceu-me das suas respostas t
dito que esteve dez anos inactivo em Timor. Como é que se
ve em Timor, em que condições de vida, sem qualquer ocupaç
durante esse período ? Este aspecto pode ser para nós imp
tante para analisarmos as condições em que vive a populaç
Assim, como é que se sobrevive durante dez anos sem ocupaç
naquele território ?

Segunda questão : quantos portugueses c

cula que ainda estão em Timor, e como é que eles sobrevivem

O SR. RUI SILVA (PRD) :- A minha pergun
refere-se ao facto de eu ter a curiosidade de saber como é
o Sr. Inácio de Moura esteve dez anos em Dili sem trabalhar

A segunda questão que me suscita curiosid
é a seguinte : li nos jornais declarações prestadas pelo S
Inácio de Moura, segundo as quais a sua família se encontr
Austrália, salvo erro em Darwin. Ele declarou : "só os vi
quando lá passei". Como é que se explica que se possa est
dez anos sem ver a mulher e os filhos ? Passou por lá, ve
-se embora para Portugal e nem sequer permaneceu lá durant-
algum tempo razoável - se não visse a minha mulher e filho
há dez anos o mínimo de tempo razoável para estar com eles
riam certamente outros dez anos. Veio imediatamente para
Portugal, e pergunto : como, porquê, a convite de quem,

quê esta pressa ? De facto, acredito, aceito e até é de l
ver a intenção do Sr. Inácio de Moura vir-nos cá dizer aqu
que desconhecemos. Estive em Timor, gosto muito dos timor
ses mas, muito honestamente, tinha ficado mais algum tempo
junto da minha mulher e dos meus filhos.

O SR. INÁCIO DE MOURA :- O Sr. Deputado
Raúl de Brito perguntou-me se havia uma transmigração para
mor. De facto, há indivíduos principalmente em Suai e na
liana, que são emigrados de Bali e de Java. Aliás, trata-
aqui de uma política nacional indonésia : eles dizem que
para desenvolver tecnologicamente as populações e zonas ma
atrasadas, mas há quem diga que isso consiste na javalizaç
das ilhas, e os timorenses também pensam assim. Há nativo
Bali que estão a dedicar-se a explorações agrícolas com fa
lidade na Maliana, concelho de Bobonaro, e em Suai, conce

obine n.º 4
olha n.º 21

de Kovalima.

Quanto ao número de indonésios mortos em c
bate, estimo que até agora mais de quinze mil soldados indon
sios já morreram em combate.

O Sr. Deputado Adriano Moreira perguntou-
como é que vivi dez anos em Timor...

O SR. ADRIANO MOREIRA (CDS) :- Como é qu
sobreviveu dez anos sem uma ocupação ?

O SR. INÁCIO DE MOURA :- Sem ocupação ?

O SR. ADRIANO MOREIRA (CDS) :- Naquela te
ra. O senhor disse que esteve lá dez anos sem trabalhar, s
uma ocupação.

O SR. INÁCIO DE MOURA :- Ah, sim, sem est
ocupado, sem trabalho.

O SR. ADRIANO MOREIRA (CDS) :- Como é qu sobrevive assim ?

O SR. INÁCIO DE MOURA :- Sobrevivi porqu a minha mulher trabalhava na Austrália e enviava-me dinheir para eu viver. Portanto, vivi à custa da minha mulher e de amigos que tinha lá em Timor e que me ofereceram a sua casa para morar. Não tenho vergonha disso porque ela mandava-me dinheiro através de chineses que estavam na Austrália e as respectivas famílias entregavam-mo lá.

Relativamente ao número de portugueses q há ainda em Timor-Leste, calculo que lá estejam presentemen doze chefes de família portugueses.

O SR. ADRIANO MOREIRA (CDS) :- O que é q eles fazem ?

O SR. INÁCIO DE MOURA :- Um deles é Depu do na Assembleia Provincial e é natural de Lisboa. Os out

ou são reformados, ou têm o~~s~~ seus próprios bens - uma casi
por exemplo -, ou trabalham como funcionários inferiores,
Mas tenho a impressão de que esses portugueses já não pens
em regressar porque têm lá as suas famílias e as suas cois
nhas, e como muitos não são funcionários vindo para cá ain
ficavam em pior situação.

Quanto à pergunta acerca da minha perman
cia na Austrália, devo dizer que não declarei à Imprensa q
apenas vi a família quando por lá passei, isso deve ter si
uma omissão da entrevista.

O SR. RUI SILVA (PRD) :- O jornal refere
seguinte : "Só os vi quando lá passei e a minha mulher te
emprego e gostaria de me radicar por lá. Quero estar pert
dos meus filhos e tenho muita pena (...)".

O SR. INÁCIO DE MOURA :- Sim, só os vi

obine n.º 4
olha n.º 24

quando tive oportunidade de sair, mas não os vi apenas. Estive com eles mais de um mês e não fiquei lá mais tempo porque nos termos da legislação portuguesa, um funcionário público tem que se apresentar ao serviço num prazo máximo de dois meses. Além disso, quis vir dar a Portugal um quadro da situação existente neste momento em Timor. De qualquer modo, est ve cerca de um mês e meio com a minha família, ou seja, des o dia 22 de Dezembro de 1987 até ao dia 8 de Fevereiro, dat em que embarquei. A Imprensa nem sempre reproduz correctame te o que se diz.

O SR. PRESIDENTE :- Sr. Inácio de Moura, que é que fundamenta o seu conhecimento tão preciso e respostas tão prontas como, por exemplo, esta : "A Fretilin tem mi e quinhentos guerrilheiros". Como é que fundamenta essa sua opinião ? Como é que conhece esse facto ? Ou frases como

"morreram quinze mil soldados das tropas indonésias". Afirma
ções deste tipo fez várias ao longo da sua exposição. Que co
cimento é que tem disso ? Como é que justifica esse mesmo c
mento ?

O SR. INÁCIO DE MOURA :- Muitas dessas i
formações ouvi-as da boca dos próprios indonésios. Outras,
tais como o número de elementos da guerrilha e a sua activi
de, ouvi-as dos próprios membros da Fretilin os quais vêm à
dade, vêm a Dili.

O SR. HERCULANO POMBO (PEV) :- Como é qu
os membros da Fretilin vêm à cidade ? Quer-me explicar iss

O SR. INÁCIO DE MOURA :- Mandam os seus
sários, não vêm eles próprios armados. Inclusivamente, vão
quarteis vender bananas e outras frutas e hortaliças aos pr
prios indonésios sem estes o saberem, tal é o disfarce del

obine n.º 4
olha n.º 26 -

Levavam mensagens até dentro de papaias ou mandiocas, mas alguns já foram apanhados.

Quanto aos mortos, o problema é simples : qualquer pessoa pode entrar no cemitério, e já houve pelo m- nos duas vezes em que foram de lá retiradas ossadas e envia para Jacarta. Do primeiro cemitério já fizeram um jardim e segundo cemitério já foi esvaziado duas vezes. Além disso, montanha também há cemitérios, nomeadamente em _ e em Baucau.

O SR. CARLOS SANTOVAIA (COMISSÃO DOS DIRE TOS DO POVO MAUBERE) :- Gostaríamos apenas de informar que temos uns *dossiers* para entregar aos membros desta Comissão os quais elaborámos a partir de textos pré-existentes e que pomos à vossa disposição. Estamos, portanto, disponíveis p ra esclarecer qualquer Sr. Deputado desta Comissão acerca

obine n.º 4
oiha n.º 27 -

ta matéria.

Finalmente, gostaria de esclarecer o Sr.
putado Rui Silva que Inácio de Moura vem a convite da Comis
a que pertenço que,mal soube que ele se encontrava em Jaca
ta,fez pressão para que ele se deslocasse a Portugal exacta
mente para ter iniciativas do género desta que agora teve.

O SR. PRESIDENTE :- Agradeço quer à Comi
são quer ao Sr. Inácio de Moura os esclarecimentos prestad
e esta excelente troca de impressões que nos proporcionou
alguns elementos para a nossa reflexão.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 15 minutos.